

DCV 311

Prof. Cristiano de Sousa Zanetti

Monitor Guilherme Carneiro Monteiro Nitschke

Material prático para as aulas da semana de 18.IV.16

Revisão



Questão 1. Francisco, 76 anos, aposentado, casado com Amnéris, 74 anos, dona de casa, foi acidentalmente morto por Helena, 17 anos, sua vizinha. Helena estava fazendo uso de telefone celular enquanto dirigia e, desatenta, findou por atropelar Francisco, determinando-lhe grave concussão na cabeça. Antes do óbito, Francisco permaneceu durante uma semana no hospital, tendo feito duas cirurgias com o intento de aliviar o coágulo que se formara, mas acabou não resistindo ao quadro de gravidade. Apesar de aposentado, Francisco dava aulas particulares de química todos os dias, em sua própria casa. Diante dessa situação, responda:

(a) considerando que Helena, 17 anos, ainda mora com seu pai – pobre, desempregado e sustentado pela própria Helena –, quem será responsável por pagar eventual indenização em favor de Amnéris? Por quê?

(b) indique os danos que poderão ser objeto de pleito indenizatório por parte de Amnéris, viúva de Francisco.

Questão 2. O cachorro de Orlando pulou a cerca e fugiu. Entristecido com o desaparecimento do animal, Orlando afixou placas em postes de sua rua prometendo retribuição considerável a quem eventualmente encontrasse o cão. Seu vizinho Caio, no mesmo dia da colocação dos avisos de retribuição, visitou Orlando para com ele solidarizar-se, quando soube que Orlando, na verdade, não pretendia pagar a recompensa descrita nas referidas placas. Coincidentemente, no dia seguinte, Caio encontra o cachorro em seu quintal e o devolve a Orlando. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- (a) há subsistência da manifestação de vontade, em favor de Caio, no sentido de recompensar quem encontrou o cachorro, ainda que Orlando tenha feito a reserva mental de não querer o que manifestou;
- (b) a manifestação de vontade não subsiste em favor de Caio;
- (c) a manifestação de vontade não subsiste em relação a qualquer pessoa, pois alterada pela reserva mental de Orlando;
- (d) a manifestação de vontade subsiste a toda e qualquer pessoa, vez que a reserva mental não modifica a vontade tornada pública.

Questão 3. Comentando o art. 964 do Código Civil de 1916 (que tratava do pagamento indevido), Clóvis Beviláqua afirma: “*Ha, pois, grande diferença entre o prazo e a condição. O prazo supõe a obrigação já existente, apenas o seu cumprimento é demorado por algum tempo, ordinariamente, em benefício do devedor. Se este cumpre a obrigação antes do termo, cumpre uma obrigação existente, e supõe-se que renunciou ao benefício do*

prazo” (*Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Commentado*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938, v. 4, pp. 126-127). Propositamente, omitiu-se trecho final em que Clóvis Beviláqua analisa situação em que presente uma *condição*. Qual é a forma mais adequada, então, de completar a orientação do jurista (partindo do pressuposto que a disciplina do Código de 2002 é a mesma que a do Código de 1938)?

Questão 4. Analise as seguintes afirmações, indicando quais são falsas e quais são verdadeiras, explicando, ainda, o porquê de suas escolhas:

- (a) O dono do negócio não é obrigado a indenizar o gestor das despesas necessárias com o negócio quando expressamente tiver desautorizado o gestor a levar a cabo a gestão.
- (b) Aquele que ocupa, sem autorização, armazém abandonado sob a propriedade de outrem e ali desenvolve atividade produtiva, submete-se ao que dispõem os arts. 861-875 do Código Civil.
- (c) A diferença fundamental entre *enriquecimento sem causa* e *gestão de negócios* é que, no primeiro, o patrimônio alheio é utilizado em benefício do utente, ao passo que, no segundo, essa utilização dá-se em benefício do dono.

*